



Universidade de São Paulo

Biblioteca Digital da Produção Intelectual - BDPI

Sem comunidade

Scielo

2012

As múltiplas vozes da memória: da Escola Paulista de Medicina para a Universidade Federal de São Paulo, 75 anos em 75 depoimentos

Hist. cienc. saude-Manguinhos,v.19,n.4,p.1347-1351,2012
<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/39531>

Downloaded from: Biblioteca Digital da Produção Intelectual - BDPI, Universidade de São Paulo

As múltiplas vozes da memória: da Escola Paulista de Medicina para a Universidade Federal de São Paulo, 75 anos em 75 depoimentos

Memory's manifold voices: from the Paulista School of Medicine to the Federal University of São Paulo, 75 years in 75 interviews

André Mota

Coordenador e pesquisador do Museu Histórico Prof. Carlos da Silva Lacaz/Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
amota@museu.fm.usp.br

Maria Gabriela S.M.C. Marinho

Professora e pesquisadora do Centro de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Federal do ABC.
gabriela.marinho@ufabc.edu.br



GALLIAN, Dante
Marcello Claramonte.
75x75: EPM/Unifesp,
uma história, 75 vidas.
São Paulo: Unifesp,
2008. 352p.

Ensina o historiador Marc Bloch que o objeto da história é, por natureza, o homem. Melhor dizendo, os homens. Em suas palavras: “por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições mais desligadas daqueles que a criaram, são os homens que a história quer capturar. O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (Bloch, 1989, p.54). Eis uma feliz formulação, capaz de capturar para sua órbita a obra *75x75: EPM/Unifesp, uma história, 75 vidas*.

O esforço de seu autor, o historiador Dante Marcello Claramonte Gallian, e de sua equipe de trabalho para apresentar, pela tradição da história oral, os discursos e as histórias de vida relativas a uma instituição médica e de saúde como a Escola Paulista de Medicina/Unifesp, acaba flagrando os mitos de origem, capazes de configurar uma memória que se quer linear e progressiva, assim como as mudanças advindas da prática médica e de saúde nesse período de existência institucional. Essas duas perspectivas necessariamente se entrelaçam e confundem, já que “o indivíduo não se isola do tecido social que é o seu e não pode ser considerado o lócus de uma singularidade” (Dosse, 2009, p.255). Ao contrário: são experiências que falam de uma travessia vivencial que, mesmo sendo aparentemente singular, representa uma visão de mundo plasmada num certo tempo e numa certa coletividade.

Em seu estudo sobre a memória, a história e o esquecimento, Paul Ricoeur (2007, p.436) tratará da noção de rastros deixados pelo tempo, que não seriam apenas o do documento ou da organização biológica do cérebro. Lembrará de um terceiro rastro, esse ligado “a um acontecimento que nos marcou, tocou, afetou”, deixando no espírito a marca da afetividade, com efeito de longa duração e permanência. Nesse sentido, ao usar da lógica histórica na construção de suas narrativas, ao tratar do discurso de profissionais diferentes

na qualificação e na temporalidade, 75x75 desvenda pistas e vestígios de uma sociedade em transformação num determinado tempo histórico, de marcas que tocam essa singularidade do íntimo de seus depoentes. Como diz Gallian (p.24): “a compreensão da entrevista enquanto ‘acontecimento’ é fundamental a quem se propõe fazer história oral com seriedade. Isto porque o resultado de todo o processo é a produção de um texto que não apenas deite por escrito o que foi dito na entrevista, mas que efetivamente, ‘transcreve’ o ‘acontecimento’ como um todo”.

Conseqüentemente, os 75 depoimentos que reconstroem e conferem substância aos 75 anos da instituição, assinalam disputas corporativas, limites e interdições – pessoais e institucionais. Recompõem, enfim, pela perspectiva de parte de seus atores, um arcabouço de ações pessoais que fundamentaram a existência da Escola Paulista de Medicina (EPM), núcleo da posteriormente instituída Universidade Federal de São Paulo, atual Unifesp. Transformada em referência nacional, os depoimentos apontam como seus personagens procuraram demarcar diferenças em relação às demais instituições médicas existentes sem, contudo, desprender-se das ‘tradições paulistas’ (Mota, 2005). O leitor encontrará, portanto, fios e elos que, reunidos, qualificados e cingidos em sua dimensão histórica, contribuem de modo decisivo para compreensão da memória de uma instituição médica e da saúde. Entre essas marcas, algumas são típicas de tempos que exigiram ações mais contundentes para possibilitar que a escola crescesse e pudesse chegar a seus desdobramentos atuais.

De seu passado...

O período do surgimento da EPM pode ser caracterizado a partir de vestígios das narrativas dos entrevistados. Criada no contexto da década de 1930, época convulsionada e turbulenta, nacional e internacionalmente, a escola nasceu sob o signo da presença de Getúlio Vargas no poder e pela conseqüente derrocada da chamada política do café com leite. A destituição da hegemonia de São Paulo culminou com a guerra civil de 1932, conjuntura de ferrenha oposição dos médicos locais a Vargas. A resposta varguista a essa oposição se deu em várias frentes: na desarticulação do projeto médico-sanitário vigente, na tomada do prédio da Faculdade de Medicina de São Paulo por forças legalistas federais, aliás, com planos para transformar seu prédio central num presídio, e na tentativa de transformar o Instituto de Higiene, em 1931, num quartel militar. Se, para os paulistas, ‘o gigante havia caído de pé’, para outros estados São Paulo transfigurava-se em um lócus que se havia levantado contra toda a nação.

Em 1932, com o decreto n. 5.351, a Faculdade de Medicina passou por amplo processo de reorganização. Obrigada a adaptar-se à Reforma Francisco Campos, a primeira escola médica estadual deveria, entre outros aspectos, subordinar-se à centralização e ao controle do ensino superior pelo governo federal. Por meio de legislação específica, o governo federal procurava homogeneizar o ensino superior, regulamentando o regime de reorganização e equiparação das instituições particulares (Silva, 2003, p.25).

A ação das elites locais, na órbita dos anos 1920 e na década de 1930, conduziu a uma série de transformações corporativas, entre as quais figuravam os novos lineamentos vindos da Fundação Rockefeller, a partir de suas experiências na Escola de Higiene e Saúde Pública

Johns Hopkins. O novo modelo de ensino introduziu mudanças decisivas na formação médica em solo paulista, tais como a limitação do número de alunos, a obrigatoriedade do ensino em tempo integral, a organização das disciplinas no sistema de departamentos e a vinculação do ensino clínico à estrutura de hospital-escola (Marinho, 2001, p.65).¹

Essas mudanças deviam-se à centralização da política de saúde pelo Estado nacional, plataforma instaurada a partir de 1934 com a nomeação de Gustavo Capanema para liderar o recém-criado Ministério de Educação e Saúde Pública. A transição reformista de 13 de janeiro de 1937, que retirou a autonomia das instituições médicas e científicas estaduais, radicalizou a articulação das políticas públicas em sua vinculação com um aparato governamental capaz de atuar em todo o território brasileiro, coordenando ações em níveis federal, estadual e municipal. Ao lado desse forte movimento de centralização da política de saúde, gestou-se o desenvolvimento da medicina previdenciária, a partir da criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, estabelecendo-se uma demanda de despesas com os serviços médicos voltados essencialmente para os centros urbanos (Braga, Paula, 1981, p.71).

Nesse contexto, a medicina liberal do tipo artesanal – correspondente ao modelo tecnológico do pequeno produtor de consultório particular – seria gradativamente substituída por um modelo de medicina em arranjos de base progressivamente tecnicistas. Nas décadas seguintes, viria a se consolidar o aparato empresarial de assistência médica. Mais tarde, essas mudanças se inscreveram de forma diversa nos mercados regionais de trabalho no Brasil e “se deram em função da forma diferencial de organização da produção de serviços de assistência médica a partir do processo de sua extensão à população após os anos de 1930” (Schraiber, 1993, p.137).

O que encontramos é uma série de eventos convergentes, quer pelo projeto da Fundação Rockefeller na organização do ensino médico, quer pelo surgimento da EPM, em 1933, cuja organização ligava-se à incapacidade da faculdade então existente em absorver o excedente de alunos, ao lado do crescimento das especialidades médicas e da necessidade de descentralização de poder e conhecimentos. O fracasso da guerra civil de 1932 reforçou a perspectiva de descentralização, fortaleceu a criação de um novo polo de ensino médico e deslocou a centralidade das decisões, à época sob o mando exclusivo da Faculdade de Medicina, escola que seria, por sua vez, incorporada em 1934 à estrutura da então nascente Universidade de São Paulo.

A experiência da EPM no ensino e na assistência foi exemplar. As transformações vivenciadas pela instituição ajudaram a modelar inovações em solo paulista. Especificamente no plano institucional, pelas mudanças introduzidas por suas diretorias. Primeiro, por Octávio de Carvalho. Em seguida, pelas ações modernizantes de Álvaro Lemos Torres. O conhecimento e a excelência científica no desenvolvimento do ensino e da pesquisa seriam requisitos fundamentais para que se pavimentasse sua expansão em direção a novos cursos superiores, como o de enfermagem, ou de formação secundária, como o de auxiliar técnico e de laboratório, todos criados em 1939 (Silva, 2003, p.160). No campo do ensino, assinala o médico Adib Jatene, propiciou ao docente a possibilidade de lecionar e ter seu consultório privado no Hospital São Paulo, construído entre 1936 e 1940. A experiência, absolutamente nova, traduzia o momento histórico e as alternativas que a corporação médica buscava

para conciliar a natureza liberal do trabalho médico com sua dimensão cada vez mais pública e estatal.

Relatos e fragmentos, vínculos e compromissos: o movimento pela expansão

A federalização da escola, em 1956, conduziu a instituição a outros dilemas e tornou urgente a questão de sua expansão e conseqüente transformação em universidade, um processo que em meio às idas e vindas só se efetivaria muitos anos depois, em 1994. A década de 1960 presenciou, sabidamente, uma grande expansão do ensino médico do país e marcou para a EPM sua efetiva inserção como centro de referência internacional na área médica e de saúde. Uma expressão muito clara desse novo patamar foi a negociação que resultou na escolha da EPM como sede da Biblioteca Regional de Medicina/Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme), em 1967. Criada com patrocínio da Organização Pan-americana de Saúde, sob a chancela da Organização Mundial da Saúde e do governo federal, a Bireme constituiu-se como um marco no processo de expansão e internacionalização de suas atividades pela consolidação das redes de relações.

No período subsequente, a década de 1970, em meio ao fechamento político do regime militar, a instituição expandiu suas instalações físicas e promoveu a melhoria das condições de ensino e pesquisa, incluindo com o estímulo aos cursos de pós-graduação. A eventual proximidade da escola e de seus dirigentes com o regime militar não entrou na pauta dos depoimentos – embora o livro dedique de modo relevante (p.52-64) parte de seus depoimentos ao tema da ditadura, na perspectiva da repressão e perseguição a professores e estudantes. Ainda assim, alguns elementos curiosos emergem dos fragmentos impressos, como um trecho do depoimento de Jair Xavier Guimarães. Aluno da primeira turma, professor, foi diretor da escola entre 1978 e 1983, Xavier Guimarães (p.158) relata:

Quando assumi a diretoria ... encontrei o Hospital São Paulo com uma dívida de 330 milhões de cruzeiros! Mas como um dos docentes era médico do Delfim Netto, conseguimos pagar toda a dívida e também transferir 940 funcionários do hospital para o quadro da escola, o que aliviou muito os custos. ... nessa época, a Escola Paulista já era federal, mas o hospital era particular. O Delfim Netto, apesar de eu ser politicamente contra ele, ajudou muito.

De seu futuro...

A experiência acumulada da Unifesp permitiu uma abertura ousada de seu horizonte institucional. Nos últimos anos, no escopo do projeto de reestruturação do ensino superior, consubstanciado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)², a universidade ampliou sua área de atuação acadêmica e alcance territorial. Criou *campi* na Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco. Incorporou as ciências humanas e sociais, as exatas, as engenharias e as licenciaturas, além de aprofundar o campo de interesse nas áreas correlatas à pesquisa biomédica. Trata-se de um deslocamento dos objetivos originais – medicina e ciências da saúde – que obriga a revisão de pressupostos sedimentados e reorienta a demarcação das

identidades. Um processo que será definido por novos arranjos institucionais e pelo reposicionamento de sua comunidade acadêmica, agora mais diversa e plural – portanto, ainda mais complexa.

Nessa direção, cabe finalmente lembrar, conforme assinala Gallian, a dimensão da obra *75x75* como um ‘construto humanístico’ para a atualidade da instituição. A expansão da EPM-Unifesp em vários *campi* expressa igualmente a necessidade de renovação da própria instituição e a busca de caminhos efetivos para produzir o encontro entre a produção científica, o ensino e a assistência. As transformações que se operaram na profissão médica no decorrer do século XX – arena na qual a EPM-Unifesp constituiu-se como instituição relevante – alteraram a relação dos médicos e dos profissionais de saúde com seus pacientes. Ainda assim, talvez tenham restado homens e mulheres, com seus indícios na história, para prosseguir nessa busca.

Nesse sentido, pela articulação entre o que é técnico e o que é humano, pelo entrelaçamento de conhecimentos intersubjetivos na teoria e na própria prática médica e de saúde, a obra *75x75* revela um ponto imprescindível nas relações mediadas pela tecnociência: a sensibilidade é decisiva não só para quem recebe, mas igualmente para quem ensina, pratica e, sobretudo, cuida.

NOTAS

¹ Mais tarde, a Fundação Rockefeller financiou também a Escola Paulista de Medicina, mas sobre o tema as informações no livro se encontram bastante dispersas em razão da liberdade dos relatos voltados mais para trajetória institucional do que para análise das experiências de pesquisa.

² Reuni foi instituído pelo decreto n.6.096, de 24 de abril de 2007.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc.
Apologia da história ou o ofício do historiador. São Paulo: Zahar. 1989.
- BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sergio Goes de.
Saúde e previdência: estudos de política nacional. São Paulo: Hucitec. 1981.
- DOSSE, François.
O desafio biográfico: escrever uma vida. São Paulo: Edusp. 2009.
- MARINHO, Maria Gabriela S.M.C.
Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo, 1934-1952. São Paulo: Universidade São Francisco; Campinas: Autores Associados. 2001.
- MOTA, André.
Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista, 1892-1920. São Paulo: Edusp. 2005.
- RICOEUR, Paul.
A memória, a história e o esquecimento. Campinas: Unicamp. 2007.
- SCHRAIBER, Lilia Blima.
O médico e seu trabalho: limites de liberdade. São Paulo: Hucitec. 1993.
- SILVA, Márcia Regina Barros da.
Estratégias da ciência: a história da Escola Paulista de Medicina (1933-1956). Bragança Paulista: Universidade São Francisco. 2003.

